

# À espera de uma decisão do Congresso

O embaixador José Botafogo Gonçalves, chefe da assessoria internacional do Ministério do Planejamento, disse ontem não ter "dúvida de que a nova política salarial do governo será aprovada pelo Congresso Nacional".

— É a menos drástica das medidas capazes de levar a um reajuste adequado da economia brasileira, disse Botafogo Gonçalves, que passou a semana em Washington, basicamente negociando a aceleração dos desembolsos de empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O alto assessor do ministro Delfim Neto disse que o Brasil é o país que está "fazendo o reajuste com o menor custo social". "Essa a razão pela qual o FMI até criou caso", observou, a propósito das difíceis negociações com os peritos da instituição que estiveram no País até recentemente e continuam examinando os números de sua economia em Washington. Botafogo Gonçalves disse que Argentina, Chile e México estão sofrendo mais do que o Brasil.

Ontem o diplomata assinou um acordo de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, pelo qual a instituição doa ao Brasil o equivalente a 18 milhões de dólares em cruzeiros, em apoio à atividade de promoção do desenvolvimento nas áreas de baixa renda, especialmente Nordeste. O dinheiro é de fato dos Estados Unidos e provém de um fundo especial administrado pelo BID.

Ao discursar durante a cerimônia, o embaixador brasileiro enalteceu o desempenho do BID, "como promotor de soluções mais flexíveis e mais propícias a um país em desenvolvimento". O presidente da organização, Ortiz Meña, respondeu que seu banco segue "com atenção a luta do Brasil para consolidar sua situação de país desenvolvido", que, "nos últimos 20 anos fez um monumental esforço, digno de ser observado e apoiado".

A cerimônia foi simples e só estavam presentes, além dos dois, o diretor-executivo do Brasil no BID, Luiz Barbosa, o diretor de Operações, Norman Jones, e dois funcionários da embaixada.

A confiança com que Botafogo Gonçalves diz aguardar a aprovação do projeto salarial do governo pelo Congresso parece ser diretamente proporcional à ansiedade com que autoridades e bancos internacionais acompanham a evolução dos debates no Brasil. A esperança de Carlos Langoni de que poderia convencer os bancos a liberarem seus empréstimos antes do FMI aparentemente naufragou. Os bancos, assim como o FMI, estão escaldados depois dos desvios cometidos pelo Brasil no primeiro semestre, e agora estão preparados para aguardar a conclusão dos entendimentos do governo com o restante da sociedade brasileira.

Assim, os dados iniciais indicam que há muito tempo pela frente até que o Brasil receba as novas parcelas dos empréstimos do FMI e dos bancos. Após a leitura do decreto do governo reduzindo a correção salarial, o Congresso ainda terá 60 dias para decidir.

## O ponto crucial

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, numa conversa com jornalistas norte-americanos anteontem, disse que "o ponto crucial é o empréstimo do FMI, porque sem o empréstimo do FMI os bancos não estarão dispostos a colocar mais dinheiro (no País), e isso, aliás, mostra o papel-chave que o FMI representa em todo esse negócio".

— O FMI está insistindo nas suas condições para (liberar) o empréstimo, disse Regan. "Agora elas (as condições) foram preenchidas pelos brasileiros, pelo menos na palavra e, esperamos, que logo (o serão) de fato."

Regan disse corretamente aos jornalistas que, se o Congresso brasileiro não agir, o decreto se transformará em lei por decurso de prazo. Mas isso significaria esperar por uma definição pelo menos até o final de setembro, e mais provavelmente até meados de outubro. Botafogo Gonçalves julga quase impossível que, diante da pobreza de alternativas do País, mesmo grupos oposicionistas não compreendam a importância de acelerar o processo.

A.M. Pimenta Neves